

## **Demonstrações Financeiras**

### **Concessionária Rio Teresópolis S.A. - CRT**

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

# CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. - CRT

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

### Índice

Relatório da Administração .....	1
Relatório dos Auditores Independentes .....	8
Demonstrações Financeiras Auditadas	
Balanços patrimoniais.....	11
Demonstrações do resultado .....	13
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido .....	14
Demonstrações dos fluxos de caixa .....	15
Demonstrações do valor adicionado.....	16
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	17

## **Relatório da Administração:**

### **SENHORES ACIONISTAS:**

É com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas., o Relatório da Administração da Concessionária Rio-Teresópolis (CRT) e as Demonstrações Financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com os respectivos efeitos da adoção da nova lei das S/A 11.638, devidamente acompanhados do Relatório dos Auditores independentes.

### **MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

O forte crescimento da economia verificado em 2010 e as perspectivas de crescimento dos projetos de infra-estrutura tais como a construção do arco rodoviário e do pólo petroquímico de Itaboraí, terão impacto positivo no tráfego, assim como nos investimentos e custos necessários para a companhia continuar a cumprir adequadamente as exigências previstas no contrato de concessão, seja nos serviços de atendimento ao usuário ou de manutenção da rodovia.

Quanto aos resultados de 2010, a administração entende que as metas operacionais e financeiras fixadas no Planejamento Estratégico da companhia, devidamente aprovadas pelo conselho de administração, foram superadas, com os custos controlados e atendendo aos objetivos do negócio, a despeito de observarmos aumentos reais em alguns serviços e materiais além da mão de obra, decorrente do crescimento real verificado nos salários em função do aquecimento da economia local. A estratégia adotada na gestão de seguros, recorrendo ao mercado internacional se confirmou acertada, com a renovação da apólice em condições melhores que nos anos anteriores e preservando a companhia contra eventos futuros. Demos início às obras de construção da terceira faixa da Serra dos Órgãos, que quando concluída, permitirá ao usuário da rodovia, maior fluidez, segurança e conforto.

A Pesquisa de opinião realizada pelo IBOPE (a cada dois anos em atendimento ao contrato de concessão) junto aos usuários da rodovia, registrou o índice recorde de 91% dos usuários qualificando a CRT como uma empresa muito eficiente/eficiente na execução dos serviços oferecidos na rodovia. Este é o maior índice obtido pela companhia desde 1997, quando foi iniciada a pesquisa.

## **CENÁRIO ECONÔMICO**

O ano de 2010 caracterizou-se pelo forte crescimento do PIB, suportado pelo aquecimento da demanda interna, alavancada pela expansão da massa salarial e do crédito. Este cenário foi completado pela forte geração de empregos formais acompanhado da excelente perspectiva de crescimento que a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 trouxeram ao País.

No Rio de Janeiro o cenário foi ainda mais favorável, com a produção industrial fluminense crescendo acima da média nacional, também motivada pelo crescimento do salário real e do crédito farto. A Economia local, onde a rodovia está presente, também apresenta fortes perspectivas de crescimento com o aquecimento local face às obras do PAC, que envolvem o arco rodoviário e o COMPERJ, em Itaboraí.

O incremento expressivo da produção fabril em 2010 e sua participação no comércio exterior do Rio de Janeiro já superou o acumulado de 2009, tanto em exportações quanto em importações. Embora este impacto não seja totalmente transferido para a rodovia, observamos forte crescimento nos setores de combustível, veículos, comércio de utilidades domésticas e bebidas.

O Cenário externo foi marcado pelo aprofundamento da crise financeira iniciada em 2008 (antecedida da crise do “subprime” em 2006) nos Estados Unidos e que teve importantes desdobramentos na Europa, notadamente Espanha e Grécia, que afetaram significativamente o mercado global, excetuando-se a China e o Brasil, que experimentaram crescimentos relevantes do PIB.

No Brasil, a eleição da primeira presidente mulher, Dilma Rousseff, que sucedeu o Presidente Luis Inácio Lula da Silva, após dois mandatos, ocorreu dentro da normalidade democrática que o País já experimenta há alguns anos, não havendo, por parte do mercado, nenhum tipo de impacto nas taxas de juros e/ou câmbio. No entanto o forte crescimento observado em 2010, também apontou preocupações nos índices de inflação e inadimplência, que se reverteram no aumento do rigor da gestão de crédito e, por conseguinte, da elevação da taxa de juros e nos cortes no Orçamento das despesas públicas, sem comprometer as metas de infra-estrutura necessárias aos eventos previstos em 2014 & 2016, já citados.

## DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A aplicação das novas práticas contábeis envolveu a reclassificação de alguns itens que afetaram tanto a receita quanto os custos operacionais, motivo pelo qual estaremos comentando o desempenho da companhia, citando, quando aplicável os efeitos das novas práticas contábeis em cada item, para permitir uma clara compreensão dos impactos e preservar a comparação com os indicadores históricos.

As metas fixadas no Orçamento e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia voltaram a ser superadas em 2010, em seus principais indicadores de resultado, tais como Receita Bruta, EBITDA, Lucro Líquido, Remuneração das Debêntures.e Distribuição de Dividendos.

O Faturamento da companhia foi impactado pelo reajuste de 7,8% na tarifa, aprovado pela ANTT em 01/09/2010 e pelo crescimento do tráfego da ordem de 8,5% em 2010(comparando-se na mesma base, excluindo-se a praça de pedágio de PN2, que teve sua cobrança temporariamente suspensa em set/09). Com a adoção das novas práticas contábeis, foi apurada como receita de construção R\$ 34M sem qualquer impacto no resultado, uma vez que este montante é totalmente anulado com os custos de construção e a adoção de margem zero para este tratamento.

Os custos operacionais e despesas administrativas registraram uma elevação de 7,3% em relação a 2009, percentual ligeiramente superior a inflação (IPCA) de 5,91% de 2010. A pressão de custos verificada em alguns serviços e na mão de obra foram parcialmente anuladas pelas ações implementadas pela companhia na redução de custos de outros itens. A exemplo da receita, os custos foram impactados pela adoção das novas práticas contábeis em R\$ 36M, dos quais R\$ 2M referem-se a provisão para recapeamento.

Estes fatores explicam o crescimento EBITDA em relação a 2009.

O Lucro Líquido da Companhia atingiu R\$ 28M contra R\$ 27M de 2009, já considerando todos os efeitos da aplicação das novas práticas contábeis.

DESCRIÇÃO	2010	2009
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>149.258</b>	<b>123.040</b>
Receitas operacionais	126.124	109.907
PIS, COFINS, ISS e Outros	10.929	9.650
Outras receitas	146	842
Receita de construção (novas práticas contábeis)	33.917	21.941
<b>CUSTOS E DESPESAS</b>	<b>79.223</b>	<b>63.582</b>
Custos e despesas	39.995	36.885
Ônus da concessão	2.908	2.789
Custo da construção (novas práticas contábeis)	33.917	21.941
Provisão para recapeamento (novas práticas contábeis)	2.403	1.967
<b>EBITDA</b>	<b>70.035</b>	<b>59.458</b>
<i>EBITDA/Receita Líquida</i>	<i>46,9%</i>	<i>48,3%</i>
<b>EBITDA S/ Efeito das novas práticas contábeis</b>	<b>72.438</b>	<b>61.425</b>
<i>EBITDA/Receita Líquida</i>	<i>62,8%</i>	<i>60,8%</i>
Depreciações e amortizações (*)	6.227	4.944
Despesas financeiras líquidas(**)	19.722	15.634
<b>LUCRO ANTES I. RENDA</b>	<b>44.086</b>	<b>38.880</b>
Imposto de renda/contribuição social	16.179	12.261
<b>LUCRO LÍQUIDO (*)</b>	<b>27.907</b>	<b>26.619</b>
<b>Lucro Líquido/Receita Líquida (*)</b>	<b>18,7%</b>	<b>21,6%</b>

(\*) Inclui impacto das novas práticas contábeis

(\*\*) Inclui remuneração das debêntures

## INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados estiveram em conformidade com o previsto no contrato de concessão. Dentre as obras realizadas e/ou iniciadas destacamos o viaduto do prata, a construção da terceira faixa da serra, a reconstrução de placas de concreto na serra, a construção de passarelas e o alargamento e reforço de pontes e viadutos.

Além dos inúmeros investimentos realizados na contenção de encostas, destacamos a conclusão da iluminação do terceiro trecho da rodovia, do Km 114,5 ao Km 104, no município de Guapimirim, o que permitiu reduzir significativamente os acidentes anuais com atropelamento noturno de pessoas e de animais.

## **FINANCIAMENTO**

Em 2009 foi obtido financiamento junto ao BNDES no valor de R\$ 51,8 M para realização das obras previstas na rodovia no período 2008-2012. Em 2010 foram captados R\$ 21,1M, restando captar em 2011 o montante de R\$ 12,2M

## **REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS**

A Administração fixou e atingiu a meta de atribuir 100% do lucro líquido do exercício aos acionistas e investidores. O montante atribuído aos Acionistas e aos Debenturistas referente ao resultado de 2010 foi de MR\$ 35.3 (MR\$ 35.5 em 2009), demonstrando a boa e continuada performance da Companhia, bem como o acerto nas decisões operacionais adotadas.

## **CLASSIFICAÇÃO DE RISCO**

A Agência classificadora de risco, Fitch Ratings, confirmou o grau "A+(bra)" para a CRT. Maiores detalhes podem ser vistos no endereço [www.fitchratings.com.br](http://www.fitchratings.com.br).

## **RECURSOS HUMANOS**

A Companhia encerrou o exercício com o efetivo de 311 funcionários (304 em 2009), maior parte residente no município de Magé e adjacências. Em 2010 a CRT deu continuidade ao Programa de Qualidade de Vida (Gestão da saúde e estilos de vida) implementado em 2008, mantendo os benefícios subsidiados de plano médico e seguro de vida, paralelamente ao Vale Transporte e Vale Refeições previstas em Lei. Mantivemos as atividades laborais internas e a política de subvenção educacional.

## **RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL**

Aumentamos, no exercício de 2010, nossa participação em ações de apoio às comunidades carentes ao longo da rodovia, com ações de cunho educativo e de campanhas de doação de agasalhos e alimentos obtendo recepção positiva não só daqueles beneficiados, como também de nossos colaboradores internos e usuários da rodovia.

Mantivemos os convênios pioneiros na Região firmados com a Pestalozzi de Magé no apoio a projetos profissionalizantes (Oficinas de Informática e Marcenaria) e como empresa-madrinha do Espaço Compartilharte de Teresópolis, que atua com crianças e adolescentes em risco social.

Desde 2006, a CRT, através da Lei Rouanet, mantém o Patrocínio exclusivo do Projeto Som na Serra do Grêmio Musical Guapiense, fundado em 09 de abril de 1956, na cidade de Guapimirim, atendendo atualmente a 370 (trezentos e setenta) jovens e adolescentes.

Na área ambiental, demos continuidade aos Projetos de Vereda do Desenvolvimento Sustentável, Fauna Viva e o PRAD – Programa de Recuperação de Áreas Degradadas.

Acreditamos que estas ações da CRT contribuirão para reduzir a exclusão social de parte dos adultos, jovens e adolescentes dos municípios que margeiam a nossa rodovia e reforçar nossa posição de empresa socialmente responsável.

## **AUDITORES INDEPENDENTES**

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, a Companhia informa que os seus auditores, Ernst & Young Terco, não prestaram durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 outros serviços que não os relacionados com auditoria externa.

A política da Companhia na contratação de outros serviços, que não auditoria externa, assegura que não haja conflito de interesses ou perda de independência dos auditores.

## **AGRADECIMENTOS**

Aproveitamos o ensejo para agradecer aos usuários da Rodovia, ao permanente apoio dos acionistas, investidores, fornecedores, Poder Concedente e demais instituições governamentais e a todos os nossos colaboradores pelo permanente compromisso e dedicação na execução de suas atividades.

**A Administração.**

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Concessionária Rio-Teresópolis S.A. - CRT**  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Rio-Teresópolis S.A. - CRT ("CRT ou Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

## **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

## **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

## **Responsabilidade dos auditores independentes--Continuação**

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## **Opinião**

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária Rio-Teresópolis S.A. - CRT em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## **Outros assuntos**

### **Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### **Auditoria dos valores correspondentes aos exercícios anteriores**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 2 de março de 2010, sem modificação. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, durante o ano de 2009 foram aprovados pela CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas alterações foram adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Na primeira adoção destas práticas contábeis as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foram ajustadas para incluir as mudanças das práticas contábeis adotadas no Brasil com vigência para 2010. Como parte de nossa auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, auditamos também os ajustes descritos na nota explicativa 3 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Esses ajustes foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentados, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2011

ERNST & YOUNG TERCO  
Auditores Independentes S.S.  
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ



Mauro Moreira  
Contador CRC - 1RJ 072.056/O-2



Gláucio Dutra da Silva  
Contador CRC - 1RJ 090.174/O-4

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. - CRT

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais)

<b>ATIVO</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
		Reapresentado	Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixas e equivalentes de caixa (Nota 5)	2.254	1.807	5.789
Aplicações financeiras (Nota 5)	15.787	17.017	6.487
Créditos a receber (Nota 6)	6.217	4.018	-
Estoques	30	-	94
Impostos a recuperar (Nota 7a)	489	479	168
Adiantamento a fornecedores	103	456	62
Despesas antecipadas	1.970	2.075	1.314
Outros	1.075	1.643	2.996
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>27.925</b>	<b>27.495</b>	<b>16.910</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7c)	4.442	4.447	4.187
Depósitos judiciais	2.030	2.124	1.353
Outras contas a receber	1.530	577	583
Imobilizado (Nota 8)	1.322	1.458	971
Intangível (Nota 9)	109.177	81.176	64.066
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>118.501</b>	<b>89.782</b>	<b>71.160</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>146.426</b>	<b>117.277</b>	<b>88.070</b>

## **CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. - CRT**

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais)

<b>PASSIVO</b>	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b>	<b>01.01.2009</b>
		Reapresentado	Reapresentado
<b>CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	6.154	243	855
Debêntures (Nota 14)	6.152	5.674	2.715
Fornecedores	2.594	1.145	833
Provisões para manutenção (Nota 13)	2.099	265	332
Impostos, taxas e contribuições a Pagar (Nota 7c)	6.990	4.194	4.850
Salários, provisões e contribuições sociais (Nota 11)	3.186	2.551	2.084
Contas a pagar	678	435	237
Dividendos	1	-	1.394
Outras obrigações	1.296	492	649
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>29.150</b>	<b>14.999</b>	<b>13.949</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>			
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	34.055	18.500	-
Debêntures (Nota 14)	7.668	7.668	7.668
Provisões para manutenção (Nota 13)	8.295	7.991	6.175
Obrigações legais decorrentes de processos judiciais (Nota 12)	1.910	4.063	5.047
Outros	150	299	28
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>52.078</b>	<b>38.521</b>	<b>18.918</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 15)</b>			
Capital social	38.800	34.300	31.600
Reservas de capital	7.599	3.596	3.596
Reservas de lucro	18.799	25.861	20.007
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>65.198</b>	<b>63.757</b>	<b>55.203</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>146.426</b>	<b>117.277</b>	<b>88.070</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. - CRT

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais, exceto resultado por lote de mil ações, expresso em reais)

	<u>31.12.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Receita de serviços	115.195	100.257
Receita de construção	33.917	21.941
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>149.112</b>	<b>122.198</b>
Custo dos serviços	(36.329)	(32.858)
Custo de construção	(33.917)	(21.941)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>78.866</b>	<b>67.399</b>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas (Nota 16)	(13.649)	(11.898)
Depreciações e amortizações (Nota 8 e 9)	(328)	(245)
Participação de empregados	(1.227)	(1.584)
Outras receitas operacionais – líquidas	146	842
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>63.808</b>	<b>54.514</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO:</b>		
Receitas financeiras (Nota 17)	980	1.396
Despesas financeiras (Nota 17)	(2.048)	(706)
Remuneração de debenturistas	(18.654)	(16.324)
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>(19.722)</b>	<b>(15.634)</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>44.086</b>	<b>38.880</b>
Imposto de renda e contribuição social – correntes (Nota 7d)	(16.174)	(12.521)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(5)	260
<b>Total</b>	<b>(16.179)</b>	<b>(12.261)</b>
<b>LUCRO DO EXERCÍCIO</b>	<b>27.907</b>	<b>26.619</b>
<b>Lucro por ação básico e diluído (em R\$)</b>	<b>R\$ 322,75</b>	<b>R\$ 307,85</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S/A – CRT

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 dezembro de 2009 e 2010

(Em milhares de reais)

	Reservas de Capital			Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva p/Aumento de Capital	Reserva de Ágio	Legal	Restituição de capital	Reserva para investimento	Reserva retenção de lucros		
<b>SALDOS EM 31 DE DEZ/2008</b>	<b>31.600</b>	-	<b>3.596</b>	<b>1.002</b>	<b>1.195</b>	<b>945</b>	<b>21.160</b>	-	<b>59.498</b>
Ajustes mudanças decorrente da adoção de novas práticas contábeis	-	-	-	-	-	-	(4.295)	-	(4.295)
<b>SALDOS EM 01 DE JAN/2009 (reapresentado)</b>	<b>31.600</b>	-	<b>3.596</b>	<b>1.002</b>	<b>1.195</b>	<b>945</b>	<b>16.865</b>	-	<b>55.203</b>
Aumento de Capital -AGO/E 29/04/09	2.700	-	-	(1.002)	-	(945)	(753)	-	-
Dividendos de ex. anterior distribuídos no exercício corrente	-	-	-	-	-	-	(2.558)	-	(2.558)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	(15.507)	(15.507)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	26.619	26.619
Constituição de reservas	-	-	-	1.331	253	1.264	8.264	(11.112)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZ/2009 (reapresentado)</b>	<b>34.300</b>	-	<b>3.596</b>	<b>1.331</b>	<b>1.448</b>	<b>1.264</b>	<b>21.818</b>	-	<b>63.757</b>
Aumento de Capital -AGO/E 29/04/10	4.500	-	-	(983)	-	(933)	(2.584)	-	-
Dividendos de ex. anterior distribuídos no exercício corrente	-	-	-	-	-	-	(11.773)	-	(11.773)
Dividendos antecipados	-	-	-	-	-	-	-	(14.693)	(14.693)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	27.907	27.907
<b>Apropriação do lucro do período:</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	4.003	-	1.395	265	1.326	6.225	(13.214)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZ/ 2010</b>	<b>38.800</b>	<b>4.003</b>	<b>3.596</b>	<b>1.743</b>	<b>1.713</b>	<b>1.657</b>	<b>13.686</b>	-	<b>65.198</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009

(Em milhares de reais)

	<b>31.12.2010</b>	<b>31.12.2009</b> (reapresentado)
Lucro líquido do exercício	27.907	26.619
Ajustes ao lucro líquido do exercício:		
Depreciação e amortização	6.227	4.944
Imposto de renda e contribuição social	5	(260)
Obrigações legais decorrentes de processos judiciais	(2.153)	(984)
Provisão para manutenção	2.138	1.749
Lucro líquido ajustado:	<u>34.124</u>	<u>32.068</u>
(Aumento) redução em ativos:		
Aplicações Financeiras	1.230	(10.530)
Créditos a receber	(2.199)	(4.018)
Despesas antecipadas	105	(761)
Depósitos e bloqueios judiciais	94	(771)
Adiantamento a fornecedor	(53)	360
Outros circulantes	(19)	388
	<u>33.282</u>	<u>16.736</u>
Aumento (redução) em passivos:		
Salários, provisões e contribuições sociais	635	467
Participação nos lucros dos resultados	(129)	364
Fornecedores	1.449	312
Outras obrigações a pagar	3.824	(4.817)
	<u>5.779</u>	<u>(3.674)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais:	<u>39.061</u>	<u>13.062</u>
Atividades de investimentos:		
Imobilizado e Intangível, líquido	(34.092)	(22.541)
Caixa usado nas atividades de investimentos	<u>(34.092)</u>	<u>(22.541)</u>
Atividades de financiamentos:		
Pagamento de dividendos	(26.466)	(18.065)
Empréstimos Obtidos	21.465	20.602
Obrigações a investidores	479	2.960
Caixa gerado pelas (usados nas) atividades de financiamentos	<u>(4.522)</u>	<u>5.497</u>
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	<u>447</u>	<u>(3.982)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.807	5.789
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>2.254</u>	<u>1.807</u>
	<u>447</u>	<u>(3.982)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S/A – CRT

Demonstrações do valor adicionado  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2010 e 2009  
(Em milhares de reais)

	<b>31/12/2010</b>	<b>31/12/2009</b>
		Reapresentado
	<b>160.188</b>	132.690
Vendas de serviços	126.124	109.907
Outras receitas	147	842
Construções	33.917	21.941
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>(64.291)</b>	<b>(49.551)</b>
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(56.093)	(43.875)
Custos contratuais da concessão	(8.198)	(5.676)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>95.897</b>	<b>83.139</b>
<b>DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO</b>	<b>(6.227)</b>	<b>(4.944)</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE</b>	<b>89.670</b>	<b>78.195</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>980</b>	<b>1.396</b>
Receitas financeiras	980	1.396
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>	<b>90.650</b>	<b>79.591</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>90.650</b>	<b>79.591</b>
<b>Pessoal</b>	<b>12.069</b>	<b>12.153</b>
Remuneração direta	7.960	7.594
Benefícios	2.242	2.290
F.G.T.S	640	685
Participações de empregados e dirigentes	1.227	1.584
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>29.973</b>	<b>23.790</b>
Federais	23.268	17.926
Estaduais	392	299
Municipais	6.313	5.565
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>20.701</b>	<b>17.029</b>
Juros	2.047	705
Remuneração de debenturistas	18.654	16.324
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>27.907</b>	<b>26.619</b>
Dividendos	14.693	15.507
Lucros retidos do exercício	13.214	11.112

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **1. Informações gerais**

A Concessionária Rio-Teresópolis S.A. (“Companhia”) cuja sede está localizada na Rodovia BR-116/RJ – Praça do Pedágio, Magé, RJ, foi constituída sob a forma de “sociedade anônima” em Assembléia Geral realizada em 7 de novembro de 1995. A Companhia não possui ações negociadas em Bolsa de Valores. Suas atividades compreendem, exclusivamente, a exploração, sob forma de concessão - não onerosa - de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, no trecho Além Paraíba-Teresópolis - Ent. BR-040(A) e respectivos acessos, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações financeiras foi concedida pela Administração da Companhia em 28 de março de 2011.

### **2. Políticas contábeis**

#### **2.1 Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos, subjetivos e no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pela CVM e CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2010.

As Demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma, inclusive nas notas explicativas.

### 2.2 Reconhecimento de receita

Uma receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando a mesma possa ser mensurada de forma confiável:

#### a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

#### b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

#### c) Receita de construção

Adicionalmente, considerando que a Companhia possui investimentos em concessões rodoviárias, e que tais concessões são alcançadas pela ICPC 01, está sendo registrada receita de construção de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção e CPC 30 – Receitas. Dessa forma, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços, conforme destacado nas demonstrações de resultado. A Companhia entende que não há margem nas receitas de construção uma vez que a esta contrata de terceiros a totalidade das obras necessárias para o cumprimento de seus contratos e que o negócio da CRT é a operação e não a construção da infraestrutura de transportes.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 2.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo (três meses ou menos a contar da data de contratação) com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Companhia. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do período.

### 2.4 Créditos a receber

Os créditos a receber referem-se, substancialmente, às receitas de pedágio eletrônico administrado por terceiros, as quais são registradas pelo valor da tarifa correspondente à categoria do veículo. A Administração não considera duvidosa a recuperação dos créditos, razão pela qual não constituiu provisão para perdas.

### 2.5 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear a taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo imobilizado (IAS 16), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade (IFRS 1) e 43 – Adoção inicial dos pronunciamentos CPC 14 a 41.

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, é o melhor método para

## **CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua atividade operacional; e (iii) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo.

### **2.6 Intangível**

Refere-se ao valor da exploração do direito de concessão e direitos de uso de software, registrados ao custo de aquisição, e ativos relacionados às infra-estruturas das concessões classificados como ativo intangível, em atendimento ao ICPC 01.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

### **2.7 Provisão para redução do valor recuperável de ativos não financeiros**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Até o momento, nenhuma evidência que indicasse que o valor contábil líquido excede o valor recuperável foi identificada. Sendo assim, não se fez necessária a constituição de provisão adicional para recuperação de ativos.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### 2.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

### 2.9 Tributação

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65 e 1,00%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00 e 7,00%
Imposto Sobre Serviços	ISS	2,00 e 5,00%

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta na demonstração de resultado juntamente com o ISS.

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

O Regime Tributário de Transição (RTT) teve vigência até a entrada em vigor de lei que disciplinou os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, sendo optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, buscando a neutralidade tributária das alterações na legislação societária brasileira, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pela MP nº 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09 de 27 de maio de 2009.

A Companhia manifestou sua opção pela adoção do RTT quando da entrega da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ 2009 (ano-calendário 2008). Conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

Os impostos diferidos ativos das diferenças temporárias e foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, levando em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

## **CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

### **2.10 Resultado por ação**

Em conformidade com o CPC 41 (IAS 33) a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número de ações em circulação durante o exercício.

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data da conclusão destas demonstrações financeiras.

### **2.11 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

### **2.12 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Estimativas e premissas

#### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

#### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis conseqüências de auditorias por parte das autoridades fiscais. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

#### *Valor justo de instrumentos financeiros*

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade.

## **CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas*

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### *Provisão para manutenção*

A Companhia provisionou, quando aplicável, os gastos com manutenção pelo desgaste derivado do uso da infraestrutura, com base na melhor estimativa para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida de despesa do período para manutenção.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

## **2.13 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa (IAS 7).

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

## **2.14 Instrumentos financeiros**

### **a) Reconhecimento inicial e mensuração**

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, créditos a receber, contas a pagar,

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

debêntures, empréstimos e financiamentos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

### b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da Administração em vendê-los no futuro próximo sofrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e créditos a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. A Companhia não possui passivos desta natureza.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

## **CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **2.15 Custos de empréstimos**

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

### **2.16 Contratos de concessão - ICPC 01**

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especificam as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do respectivo contrato de concessão.

### **2.17 Informações por segmento**

A Companhia concentra suas atividades na exploração dos serviços previstos no contrato de concessão. A Companhia foi constituída com um propósito específico, possui uma única concessão e está organizada em uma única unidade de negócio.

### **2.18 Novos IFRS e interpretações**

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional ou obrigatória para os exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010, para os quais o CPC ainda não editou os pronunciamentos e modificações correlacionados. Espera-se que as normas brasileiras estejam adequadas às normas internacionais até a data de início

## **CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

da vigência das mesmas. Segue um resumo das principais normas publicadas e ainda não vigentes, bem como a expectativa de impactos sobre as demonstrações financeiras da Companhia:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRIC 19 Extinção de Passivos Financeiros com Instrumentos de Capital - A IFRIC 19 foi emitida em novembro de 2009 e passa a vigorar a partir de 1º de julho de 2010, sendo permitida sua aplicação antecipada. Esta interpretação esclarece as exigências das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) quando uma entidade renegocia os termos de uma obrigação financeira com seu credor e este concorda em aceitar as ações da entidade ou outros instrumentos de capital para liquidar a obrigação financeira no todo ou em parte.
- Melhorias para IFRS – O IASB emitiu melhorias para as normas e emendas de IFRS em maio de 2010 e as emendas serão efetivas a partir de 1º de janeiro de 2011. Abaixo elencamos as principais emendas que poderiam impactar a Companhia:
  - IFRS 7 – Divulgação de Instrumentos Financeiros
  - IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras
  - IAS 27 – Demonstrações Financeiras consolidadas e individuais

A Companhia não estimou a extensão dos possíveis impactos destas novas normas em suas demonstrações financeiras.

### **3. Adoção inicial dos novos pronunciamentos contábeis**

Em todos os anos anteriores, incluindo o ano fiscal findo em 31 de dezembro de 2009, a CRT preparou suas demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). As presentes demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 são as primeiras preparadas de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e também estão de

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

acordo com o padrão contábil internacional (“IFRS”) emitidos pelo “International Accounting Standards Board – IASB”.

Dessa forma, a Companhia preparou suas demonstrações financeiras cumprindo as normas previstas nos CPCs para os períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2010, como descrito em suas políticas contábeis. Para as presentes demonstrações financeiras, o saldo de abertura considerado foi o de 1º de janeiro de 2009, data da transição para as novas práticas contábeis. Esta nota explica os principais ajustes efetuados pela Companhia para reapresentar o balanço patrimonial de abertura em BRGAAP em 1º de janeiro de 2009 e também para o balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício publicados preparados de acordo com o BRGAAP para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009,

### 3.1 Exceções obrigatórias e isenções à aplicação retrospectiva

Na preparação das demonstrações financeiras da data de transição de acordo com o CPC 43 – Adoção Inicial dos CPCs 15 a 40, a Companhia aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa dos novos pronunciamentos contábeis, conforme permitido pelo CPC 37 R (IFRS 1).

A Companhia efetuou análise de todas as isenções voluntárias, sendo apresentado abaixo o respectivo resultado e o tratamento dado pela Companhia:

- a) Isenção relativa à aplicação retroativa do ICPC 01: a Companhia considerou impraticável remensurar, individualmente, os ativos que compõem a infraestrutura utilizada na concessão de serviço público nas suas datas de aquisição devido a: (i) dificuldade de obtenção da documentação necessária para suportar as transações no início da concessão, devido ao fato de algumas concessões já terem mais de 10 anos (ii) houve migração de sistemas; (iii) *turnover* de pessoal envolvido nos contratos e processos de concessões; (vi) modificações no controle acionário e (v) diversos aditamentos ao contrato de concessão, entre outros fatores. Dessa forma, a Companhia optou pela adoção deste Pronunciamento a partir da data de transição. A justificativa para impraticabilidade de aplicação retroativa do ICPC 01 foi apreciada e aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 23 de fevereiro de 2011.
- b) Isenção para apresentação do valor justo de imobilizado como custo de aquisição: a Companhia optou por não remensurar seus ativos imobilizados na data de transição pelo valor justo, optando por manter o custo de aquisição adotado no BRGAAP como valor do imobilizado, levando em consideração sua avaliação dos itens que compõem o saldo deste ativo, o fato da vida útil estar razoavelmente refletida na taxa de depreciação e a relevância deste critério.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O CPC 37 (IFRS 1), além das isenções voluntárias, também proíbe expressamente o ajuste de determinadas transações na primeira adoção, pois exigiria que a Administração efetuasse análises de condições passadas, após o resultado das respectivas transações. As exceções obrigatórias contemplam:

- a) Contabilização de baixa de ativos e passivos financeiros: a Companhia não efetuou ajustes retrospectivos em seus ativos e passivos financeiros, para fins de primeira aplicação do CPC.
- b) Registro de operações de hedge: a Companhia não possuía qualquer operação classificada como hedge para fins de CPC na data de transição.
- c) Mudanças nas estimativas: As estimativas adotadas na transição para o CPC são consistentes com as estimativas adotadas pelos critérios contábeis anteriores.

### **3.2 Reconciliação do Balanço e da DRE de acordo com os novos pronunciamentos contábeis**

Em conformidade com o CPC 37 R (IFRS 1), a Companhia apresenta a reconciliação do ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado consolidados, dos exercícios tornados públicos anteriormente referente aos períodos de 1º de janeiro de 2009 (data de transição) e 31 de dezembro de 2009, preparados de acordo com as práticas adotadas no Brasil (BRGAAP) vigentes até 31 de dezembro de 2009 e com as normas internacionais, considerando os CPCs vigentes em 2010.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Balanco patrimonial em 1º de janeiro de 2009:

	01/01/2009	Ajustes	01/01/2009
	Apresentado		Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.789	-	5.789
Aplicações financeiras	6.487	-	6.487
Estoques	94	-	94
Impostos a recuperar	168	-	168
Adiantamentos a fornecedores	62	-	62
Despesas antecipadas	1.314	-	1.314
Outros	2.996	-	2.996
Total do ativo circulante	16.910	-	16.910
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.975	2.212 (iii)	4.187
Depósitos judiciais	1.021	332 (ii)	1.353
Outras contas a receber	583	-	583
Permanente			
Imobilizado	64.988	(64.017)(i)	971
Intangível	49	64.017(i)	64.066
Total do ativo não circulante	68.616	2.544	71.160
Total do ativo	85.526	2.544	88.070

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	01.01.2009 Apresentado	AJUSTES	01.01.2009 Reapresentado
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Empréstimos e Financiamentos (Nota 10)	855		855
Debêntures (Nota 14)	2.715		2.715
Fornecedores	833		833
Provisão para Manutenção (Nota 13)	-	332 (i)	332
Impostos, Taxas e Contribuições a Pagar (Nota 7)	4.850		4.850
Salários, Provisões e Contribuições Sociais (Nota 11)	2.084		2.084
Contas a Pagar	237		237
Dividendos	1.394		1.394
Outras Obrigações	649		649
<b>Total do Passivo Circulante</b>	<b>13.617</b>	<b>332</b>	<b>13.949</b>
<b>NÃO CIRCULANTE EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>			
Debêntures (Nota 13)	7.668		7.668
Provisão para Manutenção (Nota 12)		6.175(i)	6.175
Provisão para Contingências (Nota 11)	4.715	332(ii)	5.047
Outros	28		28
<b>Total do Passivo não Circulante</b>	<b>12.411</b>	<b>6.507</b>	<b>18.918</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)</b>			
Capital Social	31.600		31.600
Reservas de Capital	3.596		3.596
Reservas de Lucro	24.302	(4.295)	20.007
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>59.498</b>	<b>(4.295)</b>	<b>55.203</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO</b>	<b>85.526</b>	<b>2.544</b>	<b>88.070</b>

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2009:

Ativo	31/12/2009 Apresentado	Ajustes	31/12/2009 Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	1.807	-	1.807
Aplicações financeiras	17.017	-	17.017
Créditos a receber	4.018	-	4.018
Impostos a recuperar	479	-	479
Adiantamentos a fornecedores	456	-	456
Despesas antecipadas	2.075	-	2.075
Outros	1.643	-	1.643
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>27.495</b>	<b>-</b>	<b>27.495</b>
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 7)	1.640	2.807(iii)	4.447
Depósitos judiciais	852	1.272(ii)	2.124
Outras contas a receber Permanente	577	-	577
Imobilizado (Nota 8)	76.514	(75.056)(i)	1.458
Intangível (Nota 8)	28	81.148(i)	81.176
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>79.611</b>	<b>10.171</b>	<b>89.782</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>107.106</b>	<b>10.171</b>	<b>117.277</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>	<b>31/12/2009</b>	<b>Ajustes</b>	<b>31/12/2009</b>
Circulante	Apresentado		Reapresentado
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	243		243
Debêntures (Nota 14)	3.797	1.877	5.674
Fornecedores	1.145		1.145
Provisões para manutenção (Nota 13)	-	265(i)	265
Impostos, taxas e contribuições a pagar (Nota 7)	4.194		4.194
Salários, provisões e contribuições sociais (Nota 11)	2.551		2.551
Contas a Pagar	435		435
Dividendos a pagar	5.530	(5.530)(iv)	-
Outros	492		492
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>18.387</b>	<b>(3.388)</b>	<b>14.999</b>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos (Nota 10)	18.500		18.500
Provisões para manutenção (Nota 13)		7.991(i)	7.991
Debêntures a pagar	7.668		7.668
Outras contas a pagar	299		299
Provisão para contingências (Nota 12)	2.791	1.272(ii)	4.063
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>29.258</b>	<b>9.263</b>	<b>38.521</b>
Patrimônio líquido (Nota 14)			-
Capital social	34.300		34.300
Reserva de capital	3.596		3.596
Reserva de Lucros	21.564	4.297	25.861
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>59.460</b>	<b>4.297</b>	<b>63.757</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>107.106</b>	<b>10.171</b>	<b>117.277</b>

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2009:

	31/12/2009 Apresentado	Ajustes	31/12/2009 Reapresentado
Receita de serviços	100.257	-	100.257
Receita de construção	-	21.941(i)	21.941
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>100.257</b>	<b>21.941</b>	<b>122.198</b>
Custo dos serviços	(26.440)	-	(26.440)
Custo de construção	-	(28.359)(i)	(28.359)
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>73.817</b>	<b>(6.418)</b>	<b>67.399</b>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	(11.898)	-	(11.898)
Depreciações e amortizações	(10.920)	10.675(i)	(245)
Participação de empregados	(1.583)	-	(1.583)
Outras receitas operacionais - líquidas	841	-	841
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>50.257</b>	<b>4.257</b>	<b>54.514</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO:</b>			
Receitas financeiras	1.396	-	1.396
Despesas financeiras	(793)	87	(706)
Participação de debenturistas	(14.446)	(1.878)	(16.324)
<b>Total Resultado Financeiro</b>	<b>(13.843)</b>	<b>(1.791)</b>	<b>(15.634)</b>
<b>LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>36.414</b>	<b>2.466</b>	<b>38.880</b>
Imposto de renda e contribuição social - Correntes	(12.521)	-	(12.521)
Imposto de renda e contribuição social- Diferidos	(334)	594 (iii)	260
<b>Total</b>	<b>(12.855)</b>	<b>594</b>	<b>(12.261)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>23.559</b>	<b>3.060</b>	<b>26.619</b>

Descrição dos principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as demonstrações financeiras da Companhia:

(i) Contratos de Concessão (ICPC 01 e OCPC 05) - Estas normas orientam os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas e define os princípios gerais de reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados aos contratos de concessão de serviços. Em decorrência da adoção dessa interpretação e resultante dos contratos de concessão rodoviárias que lhe dá o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão, a Companhia reconheceu: (a) o ativo intangível reconhecido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias está mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível está mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimos capitalizados e deduzidos da amortização acumulada.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) De acordo com a NPC 22/05, não raramente, a administração de uma entidade questiona a legitimidade de determinados passivos, e, por conta desse questionamento, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão são depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Nessas situações, não havendo a possibilidade de resgate do depósito, a menos que ocorra o desfecho favorável da questão para a entidade, o depósito deverá ser apresentado deduzindo o valor do passivo. Quanto à divulgação, conforme parágrafo 76, nos casos em que, para fins de divulgação, ocorrer a compensação de passivos com os valores depositados em juízo, permitida nos termos desta NPC, deverão ser destacadas, em nota explicativa, as quantias em que estão sendo compensadas e a explicação das eventuais diferenças.

(iii) Imposto de renda e contribuição social: os impostos diferidos foram registrados sobre diferenças temporárias relacionadas às diferenças entre a prática contábil anterior e os novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC.

(iv) Os dividendos propostos que excederam ao mínimo obrigatório e aos dividendos declarados e pagos durante o próprio exercício foram revertidos para o patrimônio líquido.

### 3.3 Reapresentação das ITR de 2010, comparativamente com as de 2009 também ajustadas às normas de 2010

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011, a Companhia apresenta a seguir os efeitos no patrimônio líquido e no resultado dos trimestres findos em 31/03/2009, 30/06/2009, 30/09/2009, 31/03/2010, 30/06/2010 e 30/09/2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010:

Reconciliação do Patrimônio Líquido	2010			2009		
	30/9/2010	30/6/2010	30/3/2010	30/9/2009	30/6/2009	30/3/2009
<b>Patrimônio líquido publicado</b>	<b>57.439</b>	<b>55.932</b>	<b>54.947</b>	<b>57.797</b>	<b>64.072</b>	<b>64.465</b>
Provisão para manutenção	(9.859)	(9.325)	(8.790)	(7.818)	(7.381)	(6.944)
Efeito dos tributos s/ajustes	3.353	3.171	2.989	2.658	2.510	2.361
Amortização	9.801	8.619	7.336	4.625	3.216	1.660
Outros	(1.408)	(1.535)	(1.662)	66	44	22
<b>Patrimônio líquido reapresentado</b>	<b>59.326</b>	<b>56.862</b>	<b>54.820</b>	<b>57.328</b>	<b>62.461</b>	<b>61.564</b>

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Reconciliação do Resultado Acumulado	2010			2009		
	30/9/2010	30/6/2010	30/3/2010	30/9/2009	30/6/2009	30/3/2009
<b>Resultado publicado</b>	<b>18.916</b>	<b>11.478</b>	<b>4.543</b>	<b>17.365</b>	<b>12.522</b>	<b>6.514</b>
Provisão para manutenção	(1.604)	(1.069)	(535)	(1.311)	(874)	(437)
Efeito dos tributos s/ajustes	545	364	182	446	297	149
Amortização	3.797	2.616	1.332	4.625	3.216	1.660
Outros	381	254	127	66	44	22
<b>Resultado reapresentado</b>	<b>22.035</b>	<b>13.643</b>	<b>5.649</b>	<b>21.191</b>	<b>15.205</b>	<b>7.908</b>

  

Reconciliação do Resultado do Trimestre	2010			2009		
	30/9/2010	30/6/2010	30/3/2010	30/9/2009	30/6/2009	30/3/2009
<b>Resultado publicado</b>	<b>7.439</b>	<b>6.935</b>	<b>4.543</b>	<b>4.843</b>	<b>6.008</b>	<b>6.514</b>
Provisão p/recapamento	(535)	(535)	(535)	(437)	(437)	(437)
Efeito dos tributos s/ajustes	182	182	182	149	149	149
Amortização	1.182	1.283	1.332	1.410	1.556	1.660
Outros	127	127	127	22	22	22
<b>Resultado reapresentado</b>	<b>8.395</b>	<b>7.992</b>	<b>5.649</b>	<b>5.987</b>	<b>7.298</b>	<b>7.908</b>

Estas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

#### 4. Contratos de concessão

A Companhia detém contrato de concessão para exploração de serviços públicos delegados a terceiros e, como tal, estas atividades são submetidas à contabilização conforme o ICPC 01.

A Concessionária Rio Teresópolis - CRT detém o direito de exploração, sob forma de concessão não onerosa de serviço precedido de obra pública, pelo prazo de 25 anos, não admitida sua prorrogação, salvo nas hipóteses previstas no contrato de concessão, para exploração da Rodovia BR-116/RJ, tendo início no entroncamento com a rodovia BR-40/RJ até Além Paraíba, mediante cobrança de pedágio, conforme contrato assinado em 22 de novembro de 1995 com a União, por intermédio do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), atual Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A CRT mantém Convênio Especial de Cooperação Técnica com a ANTT para a realização de serviços, estudos e pesquisas concernentes às diversas áreas da engenharia rodoviária, como também para troca de experiências e informações técnicas com os organismos nacionais e internacionais, em congressos, reuniões técnicas, cursos e desenvolvimento de trabalhos conjuntos. O convênio destina 0,25% da receita prevista no contrato de concessão, sendo anual a sua utilização.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tarifa básica de pedágio está sujeita aos termos do Contrato de Concessão, sendo reajustada anualmente mediante utilização de fórmula própria, constante do referido contrato, podendo ser revisado em outro momento, de modo a assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A CRT, até a presente data, tem realizado os investimentos e trabalhos constantes do Contrato de Concessão e do Programa de Exploração da Rodovia (PER) dentro do cronograma físico-financeiro estabelecido pelo DNER, atual ANTT, não prevendo mudanças nesse aspecto.

No Programa de Exploração da Rodovia - PER, estão previstos investimentos no montante de R\$ 178.700, como segue (dados em milhares de reais):

	2010	2011	2012	2013	2014 a 2021	Total
Investimentos – PER	32.500	37.580	49.350	27.970	31.300	178.700

O contrato de concessão foi classificado como ativo intangível uma vez que a Companhia possui o direito de cobrar pela prestação dos serviços públicos. Este direito não constitui direito incondicional de receber caixa, uma vez que os valores a serem recebidos derivam da utilização dos serviços públicos prestados por esta.

Não houve alteração no contrato de concessão da Companhia.

### 5 – Caixa, equivalentes de caixa

	31/12/2010	31/12/2009 (reapresentado)	1/1/2009 (reapresentado)
Caixa e Bancos	2.254	1.807	5.789
Aplicações Financeiras:			
Banco Votorantim S.A.	11.777	11.882	-
Banco Bradesco S.A.	4.010	5.038	6.398
Banco ABN Amro Bank S.A.	-	97	89
	15.787	17.017	6.487
Total	18.041	18.824	12.276

As aplicações financeiras em CDB/DI de alta liquidez, com insignificante risco de mudança de valor e com prazo de vencimento de até três meses da data da contratação, com rendimentos médios de 102% do CDI. O valor aplicado, acrescido dos rendimentos se equipara ao seu valor de mercado.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6 - Créditos a Receber

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> (reapresentado)
Via Fácil	5.076	2.918
Dbtrans	792	777
Visa Vale	349	323
	<u>6.217</u>	<u>4.018</u>

A Companhia passou a operar em 2009 com o sistema de cobrança automática de pedágio, denominado Via fácil, sendo os valores recebíveis em até 45 dias subsequentes ao mês de registro da passagem pelo usuário. Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 o saldo está representado basicamente por títulos a vencer e não há provisão para devedores duvidosos em virtude de não existir expectativa e histórico de perdas significativas com estes créditos.

Não há saldos de créditos a receber em 01 de janeiro de 2009.

### 7 – Impostos, taxas e contribuições

#### a) Impostos a recuperar

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> (reapresentado)	<u>1/1/2009</u> (reapresentado)
Imposto de renda/Contrib. Social	176	93	93
PIS e COFINS	313	309	74
Outros	-	77	1
Circulante	<u>489</u>	<u>479</u>	<u>168</u>

#### b) Impostos, taxas e contribuições a recolher a recolher

	<u>31/12/10</u>	<u>31/12/09</u> (reapresentado)	<u>01/01/09</u> (reapresentado)
Imposto de renda e CSLL	5.633	3.044	3.578
PIS e COFINS	520	446	682
ISS	806	647	543
ICMS	15	26	14
IRRF	16	7	8
Outros	-	24	25
Circulante	<u>6.990</u>	<u>4.194</u>	<u>4.850</u>

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### c) Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos

A Companhia, de acordo com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhecem, quando aplicável, créditos tributários. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente. Quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções, as mesmas são revisadas em períodos menores.

Os fundamentos dos ativos fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

#### IMPOSTOS DIFERIDOS

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
<b>Imposto de renda diferido</b>		(reapresentado)	(reapresentado)
Contingência Trabalhista	<b>145</b>	105	95
Contingência Cível	<b>328</b>	706	704
Contingência Tributária	<b>263</b>	463	721
Provisão para manutenção	<b>2.597</b>	2.065	1.627
<b>Total</b>	<b>3.333</b>	3.339	3.147
<b>Contribuição social diferida</b>			
Contingência Trabalhista	<b>52</b>	38	34
Contingência Cível	<b>118</b>	254	167
Contingência Tributária	<b>2</b>	73	253
Provisão para manutenção	<b>937</b>	743	586
<b>Total</b>	<b>1.109</b>	1.108	1.040
<b>Total</b>	<b>4.442</b>	4.447	4.187

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### d) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro antes da tributação	44.086	38.880
Imposto de renda e CSLL (34%)	14.989	13.219
Ajustes para demonstração da taxa efetiva		
adições e exclusões permanentes	(976)	(993)
Incentivos fiscais - atividade cultural	(320)	(306)
diferenças temporárias	2.486	709
Outros	-	(368)
Despesas de Imposto de renda e contribuição social	16.179	12.261
Taxa efetiva	36,7%	31,5%

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 8 Imobilizado

Descrição	Saldo em 01.01.2009	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2009	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2010
<b>Bens Próprios</b>	reapresentado			reapresentado			
Máquinas, equipamentos e sistema controle de ponto	1.067	101	(1)	1.167	130	(1)	1.296
Edificações	233	-	-	233	-	-	233
Veículos	272	449	(33)	688	-	(145)	543
Processamento de dados e hardware	409	24	-	433	79	-	512
Móveis e utensílios	146	9	-	155	43	-	198
Ferramentas	7	1	-	8	4	-	12
Instalações e instalações elétricas	100	2	-	102	3	-	105
Usina	-	5	-	5	22	-	27
Instalações elétricas usina	94	-	-	94	-	-	94
Terrenos	35	-	-	35	-	-	35
Imobilizações em curso	-	169	-	169	-	-	169
	<b>2.363</b>	<b>760</b>	<b>(34)</b>	<b>3.089</b>	<b>281</b>	<b>(146)</b>	<b>3.224</b>
<b>Depreciação</b>	reapresentado			reapresentado			
Máquinas, equipamentos e sistema controle de Ponto	(657)	(34)	-	(691)	(95)	1	(785)
(-)Outras imobil.próprias e benf.bens terceiros	(84)	(49)	-	(133)	-	-	(133)
Edificações	(98)	(9)	-	(107)	(9)	-	(116)
Veículos	(125)	(64)	38	(151)	(120)	80	(191)
Processamento de dados e hardware	(169)	(108)	-	(277)	(113)	-	(390)
Software	(1)	-	1	-	-	-	-
Móveis e utensílios	(97)	(8)	-	(105)	(9)	-	(114)
Instalações e instalações elétricas	(76)	(4)	-	(80)	(4)	-	(84)
Instalações e instalações elétricas - usina	(85)	(2)	-	(87)	(2)	-	(89)
	<b>(1.392)</b>	<b>(278)</b>	<b>39</b>	<b>(1.631)</b>	<b>(352)</b>	<b>81</b>	<b>(1.902)</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>971</b>	<b>482</b>	<b>5</b>	<b>1.458</b>	<b>(71)</b>	<b>(65)</b>	<b>1.322</b>

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9. Intangível

Descrição	Saldo em 01.01.2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2009	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31.12.2010
<b>Ativo Intangível</b>	reapresentado				reapresentado				
Software	154	14	-	-	168	43	-	-	211
Marcas e Patentes	2	-	-	-	2	-	-	-	2
Sites de Internet	-	-	-	-	-	50	-	-	50
Benfeitorias - Recuperação Geral da Rodovia	93.562	582	-	-	94.144	2.727	(2)	3.584	100.453
Benfeitorias - Operação da Rodovia	12.527	28	-	657	13.212	37	-	-	13.249
Benfeitorias - Melhoramentos	49.765	1.360	(3)	9.586	60.708	1.158	(3)	23.734	85.597
Intangível em Curso	13.045	19.836	(1)	(10.243)	22.637	29.946	-	(27.318)	25.265
	<b>169.055</b>	<b>21.820</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>190.871</b>	<b>33.961</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>224.827</b>

Descrição	01.01.2009	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2009	Adições	Baixas	Transferências	31.12.2010
	(Reapresentado )				(Reapresentado )				
<b>Amortização do Intangível</b>									
Software	(105)	(35)	-	-	(140)	(29)	-	-	(169)
Marcas e Patentes	(2)	-	-	-	(2)	-	-	-	(2)
Sites de Internet	-	-	-	-	-	(5)	-	-	(5)
Benfeitorias - Recuperação Geral da Rodovia	(45.100)	(3.995)	-	-	(49.095)	(4.199)	-	13.599	(39.695)
Benfeitorias - Operação da Rodovia	(11.886)	(103)	-	-	(11.989)	(110)	-	(786)	(12.885)
Benfeitorias - Melhoramentos	(47.896)	(573)	-	-	(48.469)	(1.612)	-	(12.813)	(62.894)
	<b>(104.989)</b>	<b>(4.706)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(109.695)</b>	<b>(5.955)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(115.650)</b>
<b>Intangível Líquido</b>	<b>64.066</b>	<b>17.114</b>	<b>(4)</b>	<b>-</b>	<b>81.176</b>	<b>28.006</b>	<b>(5)</b>	<b>-</b>	<b>109.177</b>

De acordo com o IAS 36, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do ativo imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2010, em 31 de dezembro de 2009 e 1º de janeiro de 2009 não foram identificadas evidências de ativos corpóreos com custos registrados superiores a seus valores de recuperação.

Os juros capitalizados durante os exercícios de 2010 e 2009 foram de R\$ 508 e R\$ 87, respectivamente.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 10 - Empréstimos e Financiamentos

	<u>31/12/2010</u>		<u>31/12/2009</u>		<u>01/01/2009</u>	
	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo	Curto Prazo	Longo Prazo
			reapresentado		reapresentado	
<b>BNDES</b>	<b><u>6.154</u></b>	<b><u>34.055</u></b>	<b>243</b>	<b><u>18.500</u></b>	<b><u>855</u></b>	-

O empréstimo trata de Contrato de Financiamento destinado a melhoria da Rodovia BR-116, trecho Além Paraíba – Teresópolis – Entroncamento BR-040, no período de 2008/2012. A totalidade do crédito concedido, R\$51.835, está divididos em: subcrédito A – R\$27.745 e B – R\$11.890 – totalmente liberados com uma sobra de R\$11 a serem compensados nos subcréditos C e D; C – R\$8.540 – dos quais R\$8 foram levantados até a presente data e D – R\$3.660. – dos quais R\$3 foram levantados até a presente data.

Sobre os sub-créditos A e C incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil. Sobre os sub-créditos B e D incidem juros de 1,8% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida de 1% ao ano. Os sub-créditos A e C foram utilizados até 31 de dezembro de 2010, e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2011. Os sub-créditos B e D deverão ser utilizados até 31 de dezembro de 2012, com carência até 15 de janeiro de 2013 e amortizáveis a partir de 15 de fevereiro de 2013. Os encargos financeiros foram devidamente registrados no passivo.

Possui como garantia cartas de fianças emitidas pelo Bradesco S.A. com vencimentos em 17/05/2011, 18/08/2011, 12/11/2011 e 01/12/2011.

Não há cláusulas restritivas (“covenants”) nos contratos em questão.

As parcelas relativas ao principal dos financiamentos no passivo não circulante apresentam os seguintes vencimentos:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>01/01/2009</u>
2012	6.099	5.455 (*)	855 (**)
2013	6.099	2.846	-
2014	6.099	2.846	-
2015	6.099	2.846	-
2016 em diante	<u>9.659</u>	<u>4.507</u>	-
<b>Total</b>	<b><u>34.055</u></b>	<b><u>18.500</u></b>	<b><u>855</u></b>

(\*) inclui 2.069 referente ao ano de 2011.

(\*\*) refere-se a financiamento anterior vencido em 2009.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A CRT comprovou a inexistência de fato de natureza econômico-financeira que, conforme critério do BNDES pudesse comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES.

### 11 - Salários, provisões e contribuições

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> (reapresentado)	<u>01/01/2009</u> (reapresentado)
Provisões Trabalhistas	1.153	790	763
Encargos Trabalhistas	618	235	223
IRRF	62	68	39
PPR	1.225	1.354	990
Benefícios	4	4	7
Outros	124	100	62
<b>Circulante</b>	<b><u>3.186</u></b>	<b><u>2.551</u></b>	<b><u>2.084</u></b>

### 12 - Obrigações legais decorrentes de processos judiciais

A Companhia constituiu provisão em face de perdas prováveis decorrentes de processos de indenização movidos por usuários da rodovia e ações trabalhistas, fiscais e cíveis. A Administração não acredita, portanto, na ocorrência de perdas significativas não cobertas pelo seguro.

#### Composição do saldo

<u>Provisões</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> (reapresentado)	<u>01/01/2009</u> (reapresentado)
Trabalhistas	580	420	380
Fiscais	20	820	1.850
Cíveis	<u>1.310</u>	<u>2.823</u>	<u>2.817</u>
<b>Total</b>	<b><u>1.910</u></b>	<b><u>4.063</u></b>	<b><u>5.047</u></b>

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### a) Processos cíveis

Os principais litígios cíveis envolvendo a Companhia referem-se, basicamente, aos seguintes aspectos:

- (i) Indenização por danos materiais e morais resultantes de acidentes ocorridos na rodovia

Ações de indenização ajuizadas por usuários da rodovia, em função de danos materiais e morais causados por acidentes, inclusive com vítimas fatais. Apesar de o atual estágio processual ser de difícil previsibilidade acerca dos valores envolvidos, a Companhia mantém sistemática de avaliação das contingências envolvidas. Cabe ressaltar que a Companhia, além de constituir provisão, possui seguro de Responsabilidade Civil e Danos Morais para cobertura de tais eventos.

- (ii) Ações de desapropriação

Ações de desapropriação junto com o Poder Concedente de áreas declaradas de utilidade pública, visando à construção de instalações, tal como a de um Posto de Pesagem Fixa, no valor aproximado de R\$400. A maioria das áreas está situada nos municípios de Teresópolis e de Magé.

### b) Processos trabalhistas

A maioria das causas é oriunda de contratos de subempreiteiras, cujo desfecho tem sido favorável à CRT, penalizando apenas o real empregador.

### c) Processos fiscais

A Companhia aderiu ao PERT – Programa Especial de Regularização Tributária – instituído em 26 de março de 2009, pela Lei nº 2.175 do Município de Sapucaia, o que permitiu realizar depósito judicial, R\$821 em parcela única e com redução de 100% das multas e juros de mora, razão pela qual foi constituída provisão de igual valor.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Provisão para manutenção

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço.

Para calcular a provisão a valor presente é utilizada a taxa de desconto de 12%. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 10.394 (R\$ 8.256 em 31 de dezembro de 2009 e R\$ 6.507 em 1º de janeiro de 2009).

### 14- Debêntures

As Assembléias Gerais Extraordinárias da Companhia realizadas em 27 de agosto de 2001, 05 de novembro de 2001 e 05 de dezembro de 2001 deliberaram pela 1ª emissão pública de debêntures da Companhia, tendo tal emissão sido aprovada pela CVM em 26/12/2001 com as seguintes características, resumidas:

Forma e espécie:	Escriturais, nominativas, em conta de depósito em nome de seus titulares, não tendo garantias pessoais, reais ou flutuantes, e serão subordinadas aos demais credores da Companhia.
Quantidade de títulos:	23.100 debêntures simples, referentes à 1ª emissão.
Valor da emissão (em R\$):	A presente emissão tem o valor total, valor nominal e prêmio de emissão, de R\$62.963, na data de emissão.
Valor nominal (em R\$):	As debêntures têm valor nominal unitário de R\$560,55, na data de emissão, perfazendo o valor nominal total de R\$12.949.
Data de emissão:	31 de dezembro de 2001.
Vencimento final:	Somente vencerão quando da dissolução ou liquidação da Emissora, por qualquer razão, conforme facultado pelo art. 55, §3º, da Lei nº 6.404/76, ressalvado o disposto no item 1.20.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Prêmio de emissão (em R\$): As debêntures foram emitidas com prêmio unitário de R\$2,1653 na data de emissão, perfazendo o total de R\$50.014.

Conversibilidade: As debêntures poderão ser convertidas em ações preferenciais classe A da Companhia, nos termos e condições constantes da escritura e no prospecto de Emissão.

Cada debênture terá direito a participação nos lucros da Companhia, a ser paga sob as mesmas condições e até a data do efetivo pagamento de qualquer dividendo, bonificação em dinheiro ou qualquer outra vantagem pecuniária que venha a ser atribuída aos seus acionistas, inclusive a título de juros sobre capital próprio, resgate ou amortização de ações.

Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2005, decidiu-se, após aprovação em Assembléia Geral dos Debenturistas, alterar o fator de conversibilidade das debêntures para 4,1225 ações preferenciais por debênture e o fator de remuneração para 4,1180175 por debênture.

Levando em consideração as cláusulas constantes da escritura de emissão de debêntures em 31 de dezembro de 2010, foi feita a avaliação por meio do valor justo, da opção de conversão definida na referida escritura, com base na melhor estimativa decorrente do modelo econômico utilizado para esta avaliação e demais variáveis previstas na escritura das debêntures na data de encerramento das demonstrações financeiras. A administração concluiu ser nulo o valor justo das opções, em função que a conversão das debêntures em ações não se mostra ideal. Em razão das premissas utilizadas para estes cálculos poderem variar ao longo do tempo a estimativa do valor justo, poderá variar comparativamente aos valores reais no futuro.

### Colocação das debêntures

Do total ofertado, foram colocadas junto a investidores 13.680 (treze mil seiscentos e oitenta) debêntures, que vêm fazendo jus ao recebimento da participação nos resultados, prevista na Escritura de Emissão. As demais debêntures não vendidas foram canceladas no término do prazo de colocação.

As condições completas da Escritura de Debêntures, seus aditivos e o Prospecto de Distribuição encontram-se arquivados na CVM para consulta dos investidores.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 15- Patrimônio Líquido

#### a) Capital social

O capital social é de R\$38.800, dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, sem direito a voto, totalizando 86.466 ações, todas nominativas e sem valor nominal.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2010, foi deliberado o aumento de R\$ 4.500 no capital social autorizado da Companhia, passando a ser de R\$ 38.800, mediante utilização de Reserva Legal, de Reserva para Investimento e de Reserva de lucros.

A composição acionária da Companhia está assim constituída:

	31/12/2010			31/12/2009	01/01/2009
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Total	Total
Investimentos e Participações em Infraestruturas S/A - Invepar	17.992	3.546	21.538	-	-
Construtora OAS Ltda.	6.888	-	6.888	28.426	28.426
Carioca Christian-Nielsen Concessões Strata Constr. e Conces. Integradas S.A.	7.966	8.202	16.168	16.168	16.168
Queiroz Galvão Participações e Concessões S.A.	6.271	5.800	12.071	12.317	14.243
Construtora Queiroz Galvão S.A.	7.966	-	7.966	7.966	7.966
CRT – Fundo de Investimento em Participações	0	8.201	8.201	8.201	8.201
M&G Consultoria e Participações Ltda.	0	9.524	9.524	9.524	9.524
Credicom Comercial Informática e Serviços Ltda.	0	711	711	711	711
ERG Participações Ltda.	625	588	1.213	1.213	1.213
Conselheiros	1.070	1.102	2.172	1.926	-
<b>TOTAL</b>	<b>48.786</b>	<b>37.680</b>	<b>86.466</b>	<b>86.466</b>	<b>86.466</b>

#### b) Dividendos

É assegurado aos acionistas da Companhia dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado na forma legal.

Segundo o estatuto social, a Companhia levantará balanço trimestral e balanço semestral e poderá, por deliberação do Conselho de Administração, declarar a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, observado o disposto em Lei.

Consta também no estatuto social que os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O dividendo mínimo obrigatório foi calculado como se segue:

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> (Reapresentado)
Lucro líquido do período	27.907	23.557
Mudança de práticas contábeis		3.061
Reserva legal	<u>(1.395)</u>	<u>(1.331)</u>
Base de cálculo	26.512	25.287
Reservas Estatutárias	1.591	1.517
Reserva p/aumento de capital	4.003	-
Percentual do dividendo	25%	25%
Valor do dividendo obrigatório	<u>6.628</u>	<u>6.322</u>
Dividendos antecipados	<u>8.065</u>	<u>9.185</u>
<b>Total de dividendos pagos</b>	<b><u>14.693</u></b>	<b><u>15.507</u></b>

O montante de R\$ 14.693 de dividendos pagos no exercício superou o valor do dividendo mínimo obrigatório, razão pela qual deixamos de constituir provisão.

### Reservas

- Reserva de Ágio - Referente a ágio apurado na emissão de ações.
- Reserva para Aumento de Capital – constituída com o fim específico de manter a paridade de 20% entre os investimentos realizados e o capital social, conforme consta no contrato de concessão.
- Reserva Legal - Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício. É limitada a 20% do capital social integralizado da Companhia.
- Reserva de Restituição de Capital (estatutária) - Constituída à razão de 1% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal. É limitada a 20% do capital social subscrito. Essa reserva somente poderá ser utilizada para a restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão.
- Reserva para Investimentos (estatutária) – Constituída à razão de 5% sobre o lucro líquido do exercício, deduzida a Reserva Legal. É limitada a 80% do capital social, com a finalidade de financiar as atividades da Companhia.
- Reserva de Retenção de Lucros – Constituída para cobrir orçamento de capital, de acordo com a Legislação Societária.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 16 - Despesas Administrativas

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> reapresentado
Despesa com pessoal	5.060	4.240
Serviços de terceiros	2.001	1.481
Despesas com Material, equipamentos e veículos	895	898
Despesas gerais	4.702	4.357
Despesas de remuneração de dirigentes	991	922
<b>Total</b>	<b><u>13.649</u></b>	<b><u>11.898</u></b>

### 17- Receitas e Despesas Financeiras Líquidas

<u>Descrição</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u> (reapresentado)
<b>Despesas financeiras:</b>		
Despesas de financiamento	(1.381)	(285)
Despesas bancárias	<u>(667)</u>	<u>(421)</u>
	<u>(2.048)</u>	<u>(706)</u>
<b>Receitas financeiras:</b>		
Rendimentos de aplicações	888	1.339
Variação monetária ativa	20	44
Descontos obtidos	8	13
Juros s/impostos a recuperar	64	-
	<u>980</u>	<u>1.396</u>
<b>Total</b>	<b><u>(1.068)</u></b>	<b><u>690</u></b>

### 18 - Partes relacionadas

#### a) Participações dos Empregados no Lucros (PLR)

Além da participação dos debenturistas, prevista na Escritura de Emissão de Debêntures registrada na CVM, a Companhia, tradicionalmente, atribui a seus empregados remuneração anual baseada na Lei 10.101/2000 (Participação de Empregados nos Lucros e Resultados (PLR)), em valor e metodologia aprovados pelo Conselho de Administração e pelo Sindicato da categoria, apresentados no artigo 31, letra "h", do Estatuto da Companhia, bem como a seus dirigentes. Do montante registrado como participação nos resultados em 31 de dezembro de 2010, R\$18.654(R\$16.324 em 2009 - reapresentado) foram atribuídos aos debenturistas e R\$1.227(R\$1.583 em 2009) aos empregados e diretores, totalizando R\$19.881 (R\$17.908 em 2009 - reapresentado).

#### b) Remuneração e Participação dos Administradores

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas fixarem, em Assembléia Geral, o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

Em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 29 de abril de 2010, foi fixado o limite de remuneração global anual dos administradores em até R\$2.200 (R\$2.200 em 2009).

Composição	31/12/2010			31/12/2009		
	Diretores	Conselheiros	Total	Diretores	Conselheiros	Total
Pró-labore	847	144	991	780	142	922
Bônus variáveis	490	-	490	400	-	400
Total	1.337	144	1.481	1.180	142	1.322

A Companhia adota práticas de Governança Corporativa e não possui quaisquer outros tipos de transação com partes relacionadas.

### 19 - Instrumentos Financeiros e análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

#### (a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado bem como na avaliação da situação econômico financeira das instituições envolvidas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores constantes nas contas do ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2010 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado. Esses valores estão representados substancialmente por disponibilidades e valores equivalentes, empréstimos e financiamentos, e obrigações com Poder Concedente. Os valores registrados se equivalem aos valores de mercado.

Devido à alta liquidez e/ou curto prazo para amortização, o valor de mercado das disponibilidades, contas a receber, fornecedores e debêntures equivalem ao valor contábil.

### (b) Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI

A Companhia mantém parte substancial do equivalentes a caixa indexada à variação do CDI.

<u>Operação</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário A – 25%</u>	<u>Cenário B – 50%</u>
Aplicação financeira	15.787	15.787	15.787
Taxa anual estimada do CDI	12,46%	9,35%	6,23%
Efeito anual no caixa líquido	1.967	1.476	984

### (b.2) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário A</u>	<u>Cenário B</u>
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos				
BNDES direto 1	TJLP	(28.146)	(28.259)	(28.427)
BNDES direto 2	TJLP	(12.063)	(12.111)	(12.184)
Referência para passivos financeiros				
TJLP (% ao ano)		6,00%	7,50%	9,00%

### c) taxas de câmbio

A companhia não possui operações de câmbio.

### d) Derivativos

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2010 e 2009, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 20. Resultado por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33), aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o resultado por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

O cálculo básico de resultado por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado é dividido em 48.786 ações ordinárias e 37.680 ações preferenciais classe A, totalizando 86.466 (oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis) ações, todas nominativas e sem valor nominal.

As ações preferenciais farão jus à percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que aqueles pagos às ações ordinárias

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

	31/01/2010	31/12/2009
<b>Numerador</b>		
Lucro Líquido disponível		
Para Acionistas Controladores	27.907	26.619
<b>Denominador</b>		
Média Ponderada de ações –		
básico e diluído	86.466	86.466

## CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Lucro por Ação

Básico e diluído

em R\$ 322,75 307,85

Não houve outras transações envolvendo ações ou potenciais ações entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

### 21- Cobertura de Seguros

A Companhia possui cobertura de seguros referente ao complexo rodoviário integrante do programa da Agencia Nacional de Transportes Terrestres – antigo DNER - compreendendo a totalidade da Rodovia BR 116-RJ, no trecho entre Além Paraíba e Teresópolis – Entroncamento da BR-040 (A), cujos limites máximos de cobertura eram o seguinte em 31 de dezembro de 2010:

Modalidade	Limite máximo de indenização	Vigência	Seguradora
Garantia	R\$ 12.500	22/22/11/2010 a 22/11/2011	Banco Fator
Responsabilidade civil geral	R\$ 7.000	12/08/10 a 12/08/11	Chartis/Mitsui
Riscos operacionais	R\$ 45.000	12/08/10 a 12/08/11	Chartis/Mitsui
Lucros Cessantes	R\$ 20.000	12/08/10 a 12/08/11	Chartis
Riscos de Eng <sup>a</sup> Peq. obras	R\$ 2.000	Diversas	Diversas

O item “riscos operacionais” é decomposto pelos eventos: desmoronamento; desentulho; gastos adicionais – fluxo de veículos; danos elétricos; vendaval; tumultos, greves e *lock-out*; impacto de veículos terrestres e queda de aeronaves; equipamentos eletrônicos (excluídos roubo e/ou furto); quebra de máquinas; despesas extraordinárias; roubo e/ou furto de bens (incluído equipamento eletrônico). Para cada um desses itens, há limites máximos de cobertura e franquia específica.

Os Riscos de Engenharia são contratados a cada obra e sua vigência é durante a execução desta.

## **CONCESSIONÁRIA RIO TERESÓPOLIS S.A. – CRT**

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
31 de dezembro de 2010 e 2009 e 1º de janeiro de 2009  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### **22 – Eventos subsequentes**

Em 12/01/2011 ocorreram fortes chuvas na região serrana do Rio de Janeiro, provocando, além da tragédia amplamente divulgada pelos meios de comunicação, inúmeros eventos graves em nossa rodovia, no trecho Teresópolis-Sapucaia. A companhia fechou a rodovia preventivamente à ocorrência dos eventos, em conformidade com a sua Política de Monitoração, não registrando nenhuma vítima fatal durante o ocorrido.

Registramos inúmeros pontos sinistrados, cujo montante global para recuperação irá exceder o valor de cobertura de R\$ 45 milhões da nossa apólice de seguro vigente.

As estimativas preliminares apontam para Investimentos da ordem de R\$ 70 milhões, que serão consumidos nos próximos 2/3 anos.

A companhia iniciou contato com instituições financeiras e órgãos reguladores face à natureza de calamidade pública/dano da natureza do evento, de forma a recompor o caixa do montante excedente ao valor a ser reembolsado pela apólice de seguro vigente.

Também foram iniciadas as negociações junto à seguradora atual com vistas a renovação da antecipação da apólice de seguro vigente.

O trecho sinistrado da rodovia responde por apenas 5 a 10% do tráfego total, motivo pelo qual nosso faturamento não foi significativamente afetado pelo evento.